

MENDES, Maurício Ferreira³¹

RESUMO: A partir de 2003, os governantes começaram a sinalizar a seus corpos técnicos a construção de programas sob esses novos paradigmas, que assumissem a dimensão da segurança alimentar e nutricional. Foram criados nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas se tornam mais importantes, visto que no Brasil 31,3 milhões de pessoas (16,7%) habitam áreas rurais, e a maioria das propriedades (58%) são menores que 25 hectares (SCARIOT, 2011). Essas propriedades incluem camponeses, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, entre outros, que tem como meio de vida a produção agrícola e a exploração da biodiversidade para o consumo e renda. Diante do exposto, objetivou-se analisar como as políticas públicas de desenvolvimento rural (PAA e PNAE) contribuem para enfrentamento da pobreza e insegurança alimentar no Brasil. O delineamento deste trabalho foi o estudo de caso proposto por Yin (2001, p. 27) que afirma que o aspecto diferenciador do estudo de caso "reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, entrevistas, observações". Además, foi utilizado o procedimento metodológico de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com realização de reuniões, oficinas, grupos de discussão, acompanhamento da produção e rodas de conversa.

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICAS PÚBLICAS. AGRICULTURA

ABSTRACT: From 2003, the rulers began to signal to their technical bodies the construction of programs under these new paradigms, which assumed the dimension of food and nutritional security. In this context, the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) were created. These policies become more important, since in Brazil 31.3 million people (16.7%) inland rural areas, and most properties (58%) are smaller than 25 hectares (SCARIOT, 2011). These properties include peasants, land reform settlers, traditional peoples and communities, fishermen, babassu coconut breakers, among others, which has as a way of life agricultural production and the exploitation of biodiversity for consumption and income. In view of the above, this study aimed to analyze how public policies of rural development (PAA and PNAE) contribute to coping with poverty and food insecurity in Brazil. The design of this study was the case study proposed by Yin (2001, p. 27) which states that the differentiating aspect of the case study "lies in its ability to deal

³¹ Doutor em Geografia pela UFG/IESA e professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus Araguaína, e colaborador do programa de mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire). . E-mail: mauricio.f3@hotmail.com

with a wide variety of evidence - documents, interviews, observations". In addition, the methodological procedure of Participatory Rural Diagnosis (DRP) was used, with meetings, workshops, discussion groups, monitoring of production and conversation wheels.

KEYWORDS: PUBLIC POLICY. AGRICULTURE.

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo atravessa uma crise sem precedentes, com parcela significativa da população em estado de pobreza e insegurança alimentar e nutricional. Trata-se do esgotamento de um projeto civilizacional que tem como alicerce acumular riqueza nas mãos da classe dominante em detrimento da classe explorada, sem considerar os limites naturais e humanos necessários à sua própria reprodução e a manutenção na terra (PLOEG, 2009).

Na América Latina, a insegurança alimentar afetou em 2014, 28% da população. Porém, de acordo com o documento "*Panorama Social da América Latina*", entre 2005 e 2012 a incidência da pobreza multidimensional reduziu-se, como média em dezessete países da região, de 39% para 28% da população. Os países da América Latina que mais registraram queda neste indicador foram: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela (CEPAL³², 2015). Apesar da queda dos índices de pobreza e miséria, a Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que a América Latina caminha em passos lentos para erradicar a fome, a desigualdade de distribuição da renda e a ausência de políticas públicas voltadas para o camponês.

No Brasil, 50,05 milhões de pessoas vivem na pobreza, sofrendo algum tipo de insegurança alimentar, dos quais 7,2 milhões são considerados do tipo mais grave, ou seja, quando se vive abaixo da linha de pobreza³³. A ameaça da fome é mais frequente entre os jovens, entre as mulheres, entre a população negra e entre os habitantes da zona rural (PLOEG, 2009).

Para tentar mudar esta realidade, a partir dos anos de 70, os conceitos de soberania e segurança alimentar e nutricional despertam no Brasil, esses conceitos passaram a ser utilizados pelos formuladores de políticas públicas governamentais, passando a ser discutido na sociedade, no poder público e nas universidades. As lideranças sociais pressionaram de forma mais intensa os governos, para que uma nova proposta de organização de modelo agrícola fosse efetivada no Brasil (VIGNA e MINEIRO, 2009).

A partir de 2003, os governantes começaram a sinalizar a seus corpos técnicos a construção de programas sob esses novos paradigmas, que

³² A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) possui escritórios no México, Colômbia, Porto Rico, Brasil, Argentina, Uruguai e Estados Unidos. O escritório da CEPAL no Brasil desenvolve trabalhos de pesquisa e cooperação técnica, mediante acordos com diversos órgãos da administração federal, analisando as transformações da economia brasileira, prestando assistência técnica, realizando projetos em temas do desenvolvimento, treinamento de recursos humanos, organização de seminários, intercâmbio de técnicos, bem como apoio a estados e municípios, entidades de classe e universidades. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em: out. 2016.

³³ Não há consenso sobre o critério adotado como linha de pobreza no Brasil, porém o mais usado é a do Banco Mundial de 1990, que estabeleceu que a linha de pobreza mundial é quando a pessoa vive com menos de 1 US\$ por dia.

assumissem a dimensão da segurança alimentar e nutricional. Foram criados nesse contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas se tornam mais importantes, visto que no Brasil 31,3 milhões de pessoas (16,7%) habitam áreas rurais, e a maioria das propriedades (58%) são menores que 25 hectares (SCARIOT, 2011). Essas propriedades incluem camponeses, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, pescadores, quebradeiras de coco babaçu, entre outros, que tem como meio de vida a produção agrícola e a exploração da biodiversidade para o consumo e renda.

Diante do exposto, objetivou-se analisar como as políticas públicas de desenvolvimento rural (PAA e PNAE) contribuem para enfrentamento da pobreza e insegurança alimentar no Brasil. O delineamento deste trabalho foi o estudo de caso proposto por Yin (2001, p. 27) que afirma que o aspecto diferenciador do estudo de caso “reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, entrevistas, observações”. Ademais, foi utilizado o procedimento metodológico de Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com realização de reuniões, oficinas, grupos de discussão, acompanhamento da produção e rodas de conversa (VERDEJO, 2010).

Este texto foi estruturado em duas partes, além dessa introdução, considerações finais e referências. Na primeira efetuou-se a análise das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil e na segunda parte analisou-se como ocorre o empoderamento dos camponeses agroecológicos de Mato Grosso e qual a importância das políticas públicas nesse processo.

2 DESENVOLVIMENTO: Políticas de desenvolvimento rural no Brasil

Foram necessários praticamente 500 anos para enfim o Brasil criar a primeira política pública que beneficiasse o campesinato, mesmo assim de forma paliativa, sem resolver o principal problema que é o acesso a propriedade da terra. Ao invés disso, optou-se em todo o processo histórico em instituir mecanismos para facilitar a incorporação de grandes extensões de terras, muitas vezes de forma fraudulenta a *meia dúzia* de latifundiários e agricultores capitalistas.

Depois de séculos lutando contra o latifúndio e a violência, o campesinato conseguiu ocupar algumas terras inférteis que os grandes senhores da época Brasil-Colônia não tinham mais interesse. No entanto, após a segunda grande guerra (1939-1945), o campo brasileiro passou por uma reorganização territorial que ocasionou a expulsão novamente e a desterritorialização de grande parcela da população camponesa, que se viu obrigada a partir para os centros urbanos formando favelas e/ou vivendo em áreas que a elite não tinha interesse, além de se tornarem empregados da incipiente indústria, vivendo em condições precárias.

Esse processo, reconhecido como modernização da agricultura, tinha como objetivo nominal a diminuição da fome no mundo, através da incorporação de novos meios de produção, como máquinas modernas, sementes geneticamente modificadas, uso intenso de defensivos agrícolas, etc., oferecidos por um programa norte-americano denominado *Revolução*

Verde³⁴, que prometia o aumento da produtividade e a diminuição do tempo de cultivo.

Ocultados por trás desse objetivo de redução da fome no mundo, porém, estavam interesses econômicos e mercadológicos gigantescos. Prova disso, é que a modernização da agricultura não só excluiu a população responsável pela produção de alimentos no Brasil, deste processo, como também, contribuiu para a intensificação da desigualdade na distribuição de terras e o aumento da pobreza e insegurança alimentar no campo e na cidade, além da degradação dos recursos naturais.

Um dos principais impactos oriundos do processo de modernização da agricultura foi a desterritorialização de camponeses e seu enfraquecimento enquanto categoria ou porção de classe responsável pela produção de alimentos no Brasil. Diante do quadro, o movimento social percebeu que se tornava necessário a defesa e o fortalecimento dessa população contra o modelo capitalista que enfraquece a agricultura camponesa e compromete a soberania alimentar dessas populações e mesmo a do país.

O campo brasileiro tem se transformado de forma crescente e veloz numa paisagem capitalista, difícil de ser contida por meio de políticas públicas. O avanço do agronegócio e da financeirização da empresa agroindustrial tem agravado a situação dos trabalhadores do campo evidenciada no desemprego e subemprego, no endividamento dos pequenos produtores rurais, nos processos migratórios, no moderno trabalho escravo, no trabalho infantil e nas formas diretas e indiretas de exploração do trabalhador (MACHADO e VENDRAMINI, 2013: 1, grifo das autoras).

Este panorama é muito complexo, visto que se encontram questões sociais e políticas, como o acesso à terra, a ausência de reforma agrária real e que atenda às necessidades dos camponeses. A concentração de terras na América Latina alcança cifras irracionais, em países como Paraguai, onde 1% dos proprietários concentram 77% das terras; e no Brasil não é muito diferente, 1% dos agricultores capitalistas possui 46% das terras cultiváveis (CARDONA e VÉLEZ, 2009).

Quanto à falta de políticas públicas para o campesinato, Hespanhol (2014), afirma que no Brasil, até final dos anos de 1970, prevaleceram as políticas públicas de cunho desenvolvimentista, focalizadas no estímulo ao crescimento econômico, sem maiores preocupações com aspectos sociais e ambientais.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcos da intervenção de políticas públicas desenvolvimentista no Brasil. Essas políticas visavam transformar o rural e modernizá-lo, não levando em conta os impactos negativos. Conforme Grisa (2012: 18) no país foi se “inserindo uma estratégia ampla de desenvolvimento

³⁴ A partir dos anos 1960, a *Revolução Verde*, uma variante da revolução agrícola contemporânea desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e de outras culturas de exportação, com ampla utilização de fertilizantes químicos, de produtos de tratamento, sementes modificadas, a *Revolução Verde* foi adotada pelos agricultores capitalistas que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção nas regiões favorecidas. Ressaltamos que em muitos países, os poderes públicos favoreceram intensamente a difusão dessa revolução, implementando políticas de incentivo aos preços agrícolas, de subvenções aos insumos, de bonificação dos juros de empréstimo e de investimentos em infraestruturas de irrigação, drenagem e transporte (MAZOYER e ROUDART, 2009: 28-29).

baseada na industrialização por substituição de importações, ou seja, o Estado assume de forma explícita o processo de capitalização do campo juntamente com o capital”.

A autora (op. cit.), afirma que nos resultados da capitalização do campo foram considerados somente os produtos considerados tidos como *modernos*, associados aos interesses dos [agricultores] capitalistas e destinados à exportação ou à substituição de importações, como soja, trigo, cana-de-açúcar, café e laranja, privilegiando somente os grupos econômicos com tradição mercantil, não cabendo nada de incentivos e/ou destinação de recursos públicos diferenciados para a agricultura camponesa diversificada e produtora de alimentos em pequena escala. A maioria das propriedades rurais capitalizadas que recebia créditos subsidiados, apoio de pesquisa e assistência técnica estava localizada, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do território brasileiro.

Os camponeses e trabalhadores pobres somente colheram as consequências das políticas de modernização da agricultura, como: a perda da terra, o endividamento no sistema financeiro, a dependência dos mercados agrícolas, a perda de saberes tradicionais por causa da imposição de pacotes tecnológicos embutidos no crédito, o êxodo do campo para as cidades em busca de melhores oportunidades, a violência e a exclusão de direitos básicos para o exercício da cidadania.

Tantos efeitos negativos sobre o campesinato engendraram movimentos sociais e fortaleceram o sindicalismo dos trabalhadores rurais que pressionaram o governo brasileiro entre 1970 e 1990 por políticas diferenciadas para o setor. Assim o governo acenou para a criação de programas de apoio à agricultura camponesa. Porém, todas as iniciativas ocorreram de forma anódina, apresentando poucos resultados concretos para melhorar as condições de vida do campesinato brasileiro.

Entre os programas propostos e executados no período, citamos o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE)³⁵ do governo militar, mais tarde o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)³⁶ já na denominada Nova República. “Estes programas buscavam melhorias nas condições de produção e comercialização do camponês, sendo suas ações aplicadas em vários domínios: geração e difusão de tecnologias, ATER, ações fundiárias, etc.” (GRISA, 2012: 20).

Na criação destes programas, os camponeses e os movimentos sociais foram totalmente desconsiderados nas discussões. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)³⁷ chegou em 1985, a repudiar os

³⁵ Institucionalizado em 1974, o POLONORDESTE resultou da integração entre as ideias do Banco Mundial e do governo brasileiro. O programa agregava interesses crescentes de ambos por programas orientados pela pobreza e pelos princípios do Desenvolvimento Rural Integrado. Foi construído sem o diálogo com os camponeses e tampouco houve a participação dos movimentos sociais na sua execução (GRISA, 2012: 91).

³⁶ Institucionalizado em 1985, o PAPP foi criado visando erradicar a pobreza no meio rural por meio do fomento à produção e à produtividade. O PAPP fazia parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento. Também não houve nenhuma participação dos camponeses (GRISA, 2012: 96).

³⁷ A CONTAG completou 50 anos de fundação em 22/12/2013. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), que luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões

referidos programas citados por terem sido elaborados sem ao menos ouvir as organizações dos camponeses, podendo ser considerada uma das razões que contribuíram para o fracasso do POLONORDESTE e do PAPP.

O movimento sindical dos trabalhadores tinha a convicção de que era urgente e necessário criar fóruns e outros espaços de participação na tomada de decisões dos governos. Somente assim, as políticas se tornariam públicas e atenderiam as necessidades da agricultura camponesa e poderiam ganhar relevância e funcionar de fato.

Hespanhol (2014), argumenta que a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a partir dos anos 1980, pela ONU, via Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi fundamental para surgir as primeiras mudanças no formato de políticas públicas de vários países, inclusive no Brasil. O IDH que leva em conta indicadores de renda, educação e longevidade, tornava possível implementar políticas públicas que visavam diminuir as desigualdades sociais.

Finalmente, em junho de 1996, como um dos resultados das mobilizações e negociações nacionais de vários *Gritos da Terra*, foi criada no Brasil a primeira política efetivamente voltada para a agricultura camponesa. Trata-se da primeira versão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF).

Esta política permitiu o acesso diferenciado dos camponeses a recursos financeiros de crédito e investimento rural (por meio de projetos) para atividades a serem desenvolvidas nos estabelecimentos camponeses. Os projetos deveriam gerar renda aos camponeses, podendo ser destinados para o custeio da safra, atividade agroindustrial e para adquirir máquinas e equipamentos, com juros subsidiados e condições de pagamento mais adequadas ao funcionamento das unidades produtivas.

Apesar da criação do PRONAF, muitos camponeses não conseguem acessá-lo, seja por falta da titulação dos lotes, falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública e de qualidade para elaboração dos projetos, sem falar da burocracia das instituições financeiras oficiais para liberação dos recursos.

Em Mato Grosso, muitos escritórios particulares elaboram os projetos PRONAF para os camponeses, cobrando até 20% do total do projeto e muitas vezes sem nenhum compromisso de melhorar as condições de vida do camponês, ocasionado somente o seu endividamento antes mesmo da liberação dos recursos.

Foi somente no governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, que as políticas públicas ganharam nova abordagem, sendo instituídas políticas com enfoque territorial. “Uma das primeiras iniciativas foi a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), no âmbito do MDA, a qual passou a ter a incumbência de estimular e coordenar projetos de desenvolvimento de territórios rurais” (HESPANHOL, 2014, p.6).

A abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas. Essa abordagem considera a redução das desigualdades, o respeito à diversidade,

de camponeses, acampados e assentados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Disponível em: <<https://www.contag.org.br/>>. Acesso em: out. 2016.

a solidariedade, a justiça social, como objetivos primordiais a serem atingidos. Para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, a estratégia implementada pela SDT/MDA está estruturada a partir de três elementos fundamentais: o território (espaço e sociedade), a institucionalidade territorial (participação e representatividade) e a visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento). Desta maneira desenvolvem-se ações na construção social representada pelo território, caracterizado por sua história, sua identidade e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos (BRASIL, 2005, p. 6).

Nesse contexto, surgem novas políticas públicas para o campesinato, entre elas, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambas estruturantes das ações do Programa Fome Zero do Governo Federal. Essas políticas, tem como enfoque as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, promovendo a inclusão social e fortalecendo a agricultura camponesa.

O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura camponesa foi instituído pela Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), resultante dos diversos conflitos e pressões dos movimentos sociais para que o Brasil tivesse uma agenda política pautada no reconhecimento da produção camponesa. Outro marco foi a reestruturação do Programa Nacional de Alimentação de Escolar em 2009, que teve sua origem na década de 1940, quando o governo defendia a intenção de oferecer alimentação escolar, mas não foi concretizado por falta de recursos financeiros e vontade política.

O PNAE implementado pela Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), começou a atender com alimentação escolar servida em toda a rede pública de Educação Básica e exigir dos gestores que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam investidos em alimentos da produção camponesa dos municípios. Por tudo isso, o governo Lula foi o que mais reconheceu a importância do campesinato brasileiro durante os mais de 500 anos de história.

A partir da criação de políticas estruturantes como estas, foi possível alavancar o desenvolvimento de muitos municípios pobres e desiguais, que dependem exclusivamente dos recursos do Governo Federal, visto que garante a comercialização da produção local dos camponeses dos assentamentos e comunidades tradicionais, fortalece os circuitos curtos de comercialização e valoriza os produtos regionais e diversificados.

Em Mato Grosso, antes de 2009, nas poucas escolas que ofertavam alimentação escolar, os produtos oferecidos eram bolacha industrializada e leite em pó, vindos de São Paulo e outros estados brasileiros. Hoje é possível comercializar a produção de acerola e outros produtos do quintal para serem servidos às crianças do próprio assentamento, ou seja, o camponês gera renda e as crianças consomem alimentos nutritivos e diversificados.

Outras políticas com abordagem territorial foram implementadas, a partir de 2003, como: o Programa Nacional de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), O Programa Nacional de Eletrificação Rural Luz para todos, o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF), entre outras. Todas essas políticas se propõem apoiar as atividades produtivas, a cidadania e a infraestrutura para o campesinato. Esses avanços só foram possíveis devido a capacidade de mobilização e

intervenção política dos camponeses, de suas representações e dos movimentos sociais.

A recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), pelo Governo Federal, em 2003, por exemplo, foi fundamental para uma participação mais efetiva da sociedade organizada. Esse fórum permanente de debate, elaboração e articulação das diferentes ações, programas e políticas de soberania alimentar e nutricional permitiu qualificar a atuação do Estado, bem como as pautas de negociação dos movimentos sociais com o governo em torno destas temáticas (PORTO, 2008).

Porto (2008) argumenta que a agricultura camponesa ainda não se fortaleceu no Brasil, devido a todo um arcabouço institucional voltado para dar sustentação aos latifundiários e agricultores capitalistas. Em compensação falta instrumentos articulados de política agrícola, como crédito, seguro, capacitação, ATER que ajustem às especificidades do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais, fatores estes, que dificultam que a produção sustentável se multiplique e se expanda.

Apesar de certo avanço, as políticas públicas para o setor estão distantes como resposta às demandas que visam a superação da desigual e injusta estrutura fundiária brasileira. A prioridade das políticas estatais ainda está reforçando o modelo do agronegócio. Porém, sem negar de “forma alguma que vontade política, mobilização social, investimento público (orçamentário, de pessoal, legal e logístico) e regulação estatal - elementos das políticas públicas - são fundamentais à reversão de situações de desigualdade” (FONSECA, 2013: 2).

Essa constatação não significa diminuir o papel das políticas públicas nem em termos conceituais nem empíricos, haja vista as transformações que estão em curso desde o Governo Lula aos dias de hoje. Significa analisar seus alcances e limites com vistas à compreensão do que cabe às políticas públicas estatais e o que cabe à luta política da sociedade politicamente organizada (FONSECA, 2013, p. 3).

Agroecologia, segurança alimentar e políticas públicas: o caso da ARPEP

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura camponesa, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de camponeses ocupa uma área de 80,2 milhões de hectares, ou seja, apenas 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país; os estabelecimentos dos agricultores capitalistas, apesar de representarem 15,6% do total, ocupam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos camponeses é de 18,3 hectares, e a dos agricultores capitalistas, de 309,1 hectares.

Apesar da concentração terras no Brasil, a agricultura camponesa gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde por 7 de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, a maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades. Além disso, a agricultura camponesa favorece o

emprego de práticas produtivas ecologicamente sustentáveis, como a agroecologia, como a diversificação de cultivos, a utilização de caldas naturais e a conservação do patrimônio genético por meio da manutenção dos bancos de sementes crioulas (CONAB, 2015). Isso demonstra como a agricultura camponesa é estratégica para o país, necessitando de mais investimentos e políticas públicas que de fato beneficiem os camponeses.

Outro fato a ser considerado é que no Brasil, as atividades integrantes do sistema agroalimentar têm importante significado econômico. O modelo de desenvolvimento rural caracterizado por processos históricos de ocupação e uso do espaço agrário contribuíram fortemente para o elevado grau de desigualdade social. As precárias condições de vida de grande parcela das famílias rurais brasileiras demonstram este fato. Além disso, agravou-se o problema ambiental em virtude do padrão de modernização da agricultura, estimulado pelas políticas públicas desenvolvimentistas, baseado no intenso uso de agroquímicos, dependência de sementes híbridas e elevada mecanização (CNSAN, 2014).

No Brasil, há inúmeras experiências de plantas medicinais, extrativismo, sementes crioulas, agroecologia, conforme levantamento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizado durante o II Encontro Nacional de Agroecologia em Recife, Pernambuco, porém, ainda não tendo apoio suficiente e nem reconhecimento da sociedade. Mas como disse a professora Maria Narazeth Wanderley da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),

Está na hora da sociedade brasileira não apenas dar um voto de confiança a esses camponeses, mas sobretudo reconhecer a sua capacidade de assumir, efetivamente, seu papel enquanto ator social, protagonista da construção de outra agricultura e de um outro meio rural no nosso país" (PLOEG, 2009, p.9).

Felizmente, mudanças nesse sentido, estão acontecendo no Brasil, visto que foram criadas políticas públicas de desenvolvimento rural tendo como enfoque a segurança alimentar e nutricional. Somando-se a isso, o comprometimento de boa fração dos camponeses com a agroecologia e a produção sustentável são fundamentais para a não dependência tecnológica imposta pelas empresas multinacionais. Para dar visibilidade e divulgar as experiências, relataremos uma experiência no Mato Grosso, que utilizam a agroecologia e o extrativismo e acessam as políticas públicas como o PAA e o PNAE.

Trata-se da Associação Regional de Produtores Extrativistas (ARPEP), que está situada na região Sudoeste de Mato Grosso. O estado de Mato Grosso é um dos maiores produtores de soja, algodão e milho do país, em detrimento as culturas básicas e fundamentais, como mandioca, feijão e arroz. As políticas estaduais são na sua grande maioria voltadas ao agronegócio. Porém os camponeses resistem e utilizam a agroecologia em suas propriedades, adotando os 10 princípios agroecológicos. Estes princípios foram estimulados primeiramente pelos camponeses de Mirassol D'Oeste, e depois incorporado por outras associações e camponeses:

1. Recuperar o manejo do solo de forma ecológica;
2. Eliminar o uso dos venenos, substituindo por caldas e biofertilizantes e práticas de controle biológico;

3. Diversificação da produção para garantia da segurança alimentar e nutricional na família e no assentamento e/ou comunidade rural;
4. Resgatar e valorizar as sementes crioulas;
5. Garantir a disponibilidade de água em quantidade para a produção e família;
6. Conservar a vegetação nativa, pois as árvores são fundamentais para o equilíbrio ecológico e controle dos insetos que possam prejudicar a lavoura;
7. Participar de espaços de aprendizagem coletivos sobre produção de base agroecológica (fóruns, encontros, cursos e seminários);
8. Mobilizar e estimular o vizinho e todo o assentamento a adotar a agroecologia como modo de produção;
9. Reconhecer e valorizar o trabalho da mulher camponesa e da juventude rural;
10. Construir de forma associada à própria infraestrutura de produção, transporte, agroindustrialização e gerenciamento, garantindo a independência e a justa divisão dos benefícios.

Esses princípios agroecológicos são fundamentais para a busca de autonomia dos camponeses, visto que ao contrário dos modos de produção capitalista e empresarial, a agricultura camponesa constrói o seu progresso a partir do emprego de seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais (PLOEG, 2009).

A ARPEP tem atuação regional e abrange três assentamentos em Mato Grosso e conta atualmente com 103 famílias associadas. Os camponeses produzem diversos alimentos: banana, mandioca, abóbora, feijão, arroz entre outros, além de utilizarem a biodiversidade local, como os frutos nativos na alimentação e as plantas medicinais para cura de enfermidades. Segundo a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) realizada em 2004 em Brasília, a produção de alimentos pelas famílias rurais deve ser valorizada como elemento-chave para o acesso a uma alimentação segura e de qualidade. Assim, mesmo quando enfretam flutuações de sua renda monetária, essas famílias têm seu alimento assegurado.

A ARPEP comercializa seus produtos via políticas públicas PAA e PNAE, além de outros canais de comercialização como venda direta ao consumidor. De acordo com Porto (2008), as políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa têm ganhado relevância nos últimos anos, visto que foi recriado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2003. Além da inclusão dos produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) do governo brasileiro.

Portanto, a comercialização de produtos da agricultura camponesa por meio do mercado institucional é um fenômeno relativamente recente, as primeiras experiências dessa natureza foram localizadas e muitas vezes descontínuas no tempo. A criação do PAA, por meio da Lei n. 10.696 de 2003 (BRASIL, 2003), trouxe uma série de inovações importantes como a dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura camponesa e a permissão de que as aquisições sejam feitas com base em preços que levam em consideração as diferenças regionais e a realidade da agricultura camponesa (SCHIMITT e GUIMARÃES, 2008).

A experiência de agricultura camponesa aqui apresentada e várias outras espalhadas pelo Brasil ocupam um papel muito importante em uma

estratégia de desenvolvimento que engloba o objetivo da segurança alimentar e nutricional, que seja economicamente sustentável, com crescente equidade e inclusão social. Combinando elementos de oferta e de demanda de alimentos, a agricultura camponesa estimula a produção diversificada e amplia a capacidade de consumo de alimentos e de outros bens pelas famílias rurais.

Seu fortalecimento cumpre papel nuclear tanto para a segurança alimentar quanto para a sustentabilidade do sistema alimentar. Ao promover a melhoria das condições de vida das famílias rurais, o estímulo à agricultura camponesa é componente central no enfrentamento da elevada desigualdade social brasileira (CNSAN, 2014).

Por outro lado, é urgente e necessário a criação de condições para a permanência das famílias rurais no campo e, simultaneamente as contribuições da agricultura camponesa para a segurança alimentar e nutricional são elementos de grande repercussão social e ambiental. Para que isso ocorra, faz-se necessário um vigoroso processo de transição para um modelo de desenvolvimento rural fundamentado na valorização do patrimônio natural de nosso território e no aproveitamento da capacidade de trabalho e da criatividade da agricultura camponesa (CNSAN, 2014).

Pesquisas e estudos da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA, 2007) apontam os principais problemas que causam insegurança alimentar no Brasil: concentração de terras, uso de agrotóxicos, monoculturas, degradação ambiental, dificuldade de acesso à água de qualidade, desvalorização dos alimentos tradicionais e má qualidade da alimentação e desigualdade de gênero. Por isso, a importância das políticas públicas terem uma visão integradora e que possam empoderar os camponeses, contribuindo para melhorias para sua fixação na terra e geração de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses têm promovido o debate sobre a segurança alimentar e nutricional, pois os alimentos são produzidos em base agroecológica e diversificados, aspectos que são fundamentais para a sustentabilidade e manutenção dos agroecossistemas.

Nesse sentido, políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar são essenciais para manutenção e reprodução dos camponeses no estado de Mato Grosso, mais precisamente na região Sudoeste, visto que contribuem a diminuição da pobreza no campo. Além de promover a aproximação entre camponeses e o poder público, processo fundamental para aprimoramento das políticas públicas brasileiras de desenvolvimento rural. Porém, todas estas iniciativas são recentes e muitos camponeses não têm acesso a essas políticas, devido à Assistência Técnica Extensão Rural (ATER) brasileira ser direcionada para o agricultor capitalista.

Por fim, constata-se que a pobreza vem diminuindo significativamente no Brasil, mas é necessário que aconteçam reformas para que todos tenham acesso à terra e renda por meio intermédio da reforma agrária, valorização profissional de jovens em atividades que propiciem a geração de renda, para que o ciclo da reprodução da pobreza seja interrompido no campo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Lei nº. 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acesso em: out. 2016.

_____. **Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA.** Políticas públicas de desenvolvimento rural, 2010. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sdt/apresenta%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: out. 2016.

_____. **Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (2015).** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/olalacms/uploads/arquivos/16_01_27_15_02_51_a_ssentados_revista_14.pdf>. acesso em: nov. 2016.

CARDONA, D.; VÉLEZ, I. Crise climática, fome para os povos. **Revista Proposta**, v. 33, n.1, p. 22-27, 2009.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **A redução da pobreza e da extrema pobreza se estanca na maioria dos países da América Latina.** Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/comunicados/se-estanca-la-reduccion-de-la-pobreza-y-la-indigencia-en-la-mayoria-de-paises-de-america>>. Acesso em: out. 2016.

CNSAN - CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Políticas de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo. 2004. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>. Acesso em nov. 2016.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Lutas e conquistas do campo.** 2015. Disponível em: <<https://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=432&ap=1&nw=1>>. Acesso em: out. 2016.

FONSECA, Francisco. **Políticas públicas no capitalismo contemporâneo: alcances e limites.** Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Politicas-publicas-no-capitalismo-contemporaneo-alcances-e-limites/27469>>. Acesso em: nov. 2016.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ, 2012.

HESPAHOL, N. Manutenção e reprodução na pobreza rural no Brasil e o desafio da sua superação por meio de políticas públicas. **Campo-Território**, v. 9, n. 18, p. 1-17, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: nov. 2016.

- MACHADO, I. F.; VENDRAMINI, C. R. Políticas públicas para a educação do campo: da necessidade aos limites. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 8, n. 1, p. 1-16, 2013.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 559p.
- PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, PAULO (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. 1º ed. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-33.
- PORTO, S. I. Acesso a mercados: desafios e oportunidades. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 4-6, jul. 2008.
- SCARIOT, A. O. **Manejo de plantas do Cerrado: subsídios técnicos às políticas públicas de uso sustentável de uso e conservação da biodiversidade**. Projeto técnico: Embrapa Cenargen, Brasília, 2011, 39p.
- SCHIMITT, C. J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento da agricultura familiar de base ecológica. **Revista Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 7-13, jul. 2008.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura familiar, 2010.
- VIGNA, E.; MINEIRO, A. S. Soberania, Segurança Alimentar e Liberalização Comercial. **Revista Proposta**, v. 33 n. 1, p. 4-8, 2009.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**, 4. ed. Porto Alegre, 2010.

POLITIKICU